



## DA DESTERRITORIALIZAÇÃO A RETERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA JACARÉ/MARECHAL DEODORO DA FONSECA/AL

JACKSON LUIZ DE FRANÇA  
IRIS LISIÉ GOMES NETO  
GESYCA PATRICIA DA SILVA SANTOS

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

### Resumo

O presente trabalho discute as implicações da duplicação da rodovia AL 101 Sul, na comunidade Vila Jacaré, localizada no Município de Marechal Deodoro da Fonseca em Alagoas. Notadamente os processos de desterritorialização e reterritorialização foram desencadeados pela duplicação da referida infraestrutura viária. Na tentativa de análise do caso, realizamos leituras referentes ao tema em foco e optamos pelo procedimento metodológico de entrevistas semi-estruturadas com os diversos atores sociais. As questões que norteiam estas discussões podem ser sintetizadas nos seguintes termos: Quais as implicações da duplicação da AL 101 Sul na comunidade Vila Jacaré? Como esta comunidade reivindicou seus direitos diante dos processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pela duplicação da AL 101 Sul? Referenciamos-nos em autores como Santos (2007); Santos (2004); Haesbaert (2005), para a discussão aqui proposta.

**Palavras-chave:** Comunidade Vila Jacaré - Duplicação AL 101 Sul – Desterritorialização/Reterritorialização.

### Abstract

This paper discusses the implications of doubling the highway AL 101 South, in the Village Alligator community, in the municipality of Marechal Deodoro da Fonseca in Alagoas. Notably the processes of dispossession and repossession were triggered by the doubling of that road infrastructure. In an attempt to analyze the case, we held lectures on the topic in focus and we chose the methodological procedure of semi-structured interviews with the various social actors. The questions that guide these discussions can be summarized as follows: What are the implications of doubling AL 101 South Alligator in the village community? As this community claimed their rights before the dispossession and repossession processes triggered by doubling AL 101 South? We refer to ourselves in authors such as Santos (2007); Santos (2004); Haesbaert (2005), to discuss proposed here.

**Keywords:** Vila Jacaré Community - Duplication AL 101 South - Deterritorialization/Reterritorialization.

### Introdução

O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida por estudantes do curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e, têm por objetivo central discutir as implicações da duplicação da AL 101 Sul, na comunidade Vila Jacaré, no Município de Marechal Deodoro/AL, situada entre o povoado da Ilha de Santa Rita e a Massagueira, respectivamente a comunidade faz parte do povoado da Barra Nova com uma área de 17,4 Km<sup>2</sup>.

Notadamente, os processos de desterritorialização e reterritorialização foram desencadeados pela duplicação da

referida infraestrutura viária. Segundo Haerbaert (2005), entende-se desterritorialização, antes de tudo como a perda de um território em seu sentido simbólico, na identificação que os grupos sociais desenvolvem a partir de um determinado espaço de referência. E reterritorialização como a reconstrução da identidade territorial em outras bases.

Neste caso, entendemos por desterritorialização como a quebra de vínculo entre lugar e morador, sendo este um processo de retirada da comunidade de um local onde organização e identidade já fora construída, em um caso característico da mesma, quanto ao domínio do território alterando a vida social em decorrência da mudança de localização. Observou-se que a comunidade há anos almejava a retirada do local para outro, nas proximidades, assim a reterritorialização se tornou a busca por uma moradia digna e novos modelos sociais.

A Rodovia AL 101 Sul, compreende 25,8 Km, entre o Pontal da Barra, em Maceió, e o trevo do Gunga, na Barra de São Miguel/AL. Incluindo a duplicação de quatro pontes e a criação de três novos viadutos.

## **Metodologia**

Neste estudo utilizamos as metodologias qualitativa e quantitativa, baseada em Rodrigues (2005, p. 60) “a abordagem do problema tem natureza quantitativa e qualitativa, que admite que tudo pode ser quantificável, isto é, que é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, posteriormente, classificá-las e analisá-las”.

Determina-se que a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa, considera que existe uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Ainda segundo Rodrigues (2005), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Neste trabalho, adotamos a abordagem qualitativa trazemos outro autor, para afirmar nossa proposta, Creswell, “[...] a investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e método de coleta e análise de dados” (CRESWELL, 2007, p. 182).

Na tentativa de análise do caso, realizamos leituras referentes ao tema em foco e optamos pelo procedimento metodológico de entrevistas semiestruturadas com os diversos atores sociais. Segundo Quaresma (2005), “as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (QUARESMA, V. B. e S. J., 2005, p.75).

## **Procedimentos Metodológicos**

Nesse trabalho compreendemos por entrevista semiestruturada, como aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, proporcionam inúmeros questionamentos e interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão brotando à medida que se auferem as respostas do informante.

Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

No intuito de apreender a situação pela qual passou a comunidade Vila Jacaré diante da duplicação da AL 101 Sul, optou-se por procedimentos metodológicos que privilegiassem entrevistas semiestruturadas com os diversos atores sociais – moradores e o lugar e sua relação com a estrutura física - participantes ativos do processo de desterritorialização e reterritorialização do espaço, garçons, domésticas, auxiliar de pedreiro, pedreiro e pescador (sendo a pesca a principal fonte de renda e a segunda opção de renda para aqueles que têm trabalho formal e informal).

## **A Comunidade Vila Jacaré**

A comunidade Vila Jacaré abrangia uma área de 17,4Km<sup>2</sup>, composta por casas de autoconstrução que se revelavam como alternativa de conquista da moradia por parte daqueles que não tinham acesso às políticas de habitação.

Neste contexto, o conceito de espaço é visto de acordo com Santos (1999, p. 51), “[...]como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, é iniciado o estudo da formação do espaço da Comunidade Vila Jacaré, focalizando o contexto no qual este processo ocorreu.

Segundo informação coletadas de mídias online e televisivas, a duplicação da Al 101 Sul, se deu na preocupação de transformar e melhorar ao espaço social, pois o espaço é uma interligação de estruturas entre sistemas de objetos (SANTOS, 2007), que para esse fim podemos colocar o tráfego de carros, caminhões e pessoas, destinados a diversos fins, porém conectados através do espaço que possibilita uma troca de serviços como, um caminhão que trará

mercadoria de outro município ou estado adentrará à capital alagoana com mais facilidade e economizando tempo, pelo menor fluxo de carros o sistema de ações (SANTOS, 2007) ações do trânsito desafogado, diminuição de acidentes, aumento do setor turístico.

Inicialmente há mais de 30 anos, houveram os primeiros migrantes advindo do interior do estado de Alagoas como Viçosa, Palmeira dos Índios e de outros estados como Pernambuco. Alguns dos moradores mais antigos vieram trazidos pelos pais, que procuravam melhores oportunidades de emprego. De acordo com os dados colhidos, na comunidade Vila Jacaré foi fundada por sujeitos que procuravam melhor qualidade de vida.

O território da Comunidade foi substituído por um novo, que incluiu uma melhor locação, segundo o governo oferecendo estabilidade e distante de possíveis perigos, mas, para que se tornasse um lugar real teve que se tornar foco de lutas, por todo o conjunto social, logo depois de bastante revolta se tornou material concreto. A comunidade representa o conjunto de sujeitos, que foram responsáveis pelo movimento de reterritorialização e o governo responsável pelo movimento de desterritorialização.

Segundo Haesbaert, (2005); os processos de reterritorialização representam a recomposição dos territórios em outras bases, territórios estes recriados por meio do amalgama proporcionado pela força das redes mantidas no interior da dinâmica migratória.

Neste contexto acreditamos, que o território para a comunidade foi e é visto como um espaço físico-econômico, por estar explícita a questão de sobrevivência no local onde vivem.

Todavia, o lugar pode ser compreendido como “à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar”, conforme Carlos (1999, p. 20). Ou seja, é necessário o sujeito caracterize este espaço, criando uma identidade que o levará a reconhecer o mesmo, como o seu lugar.

Neste caso, a questão territorial pode ser analisada na forma de apropriação. Lugar é o mundo vivido, caracterizado pela experiência vivenciada com os familiares, amigos, o bairro, a casa. Para Tuan (1983) o lugar é “íntimo”, é onde a pessoa se integra, tem significados, afetividade, emoção. Para Castro (2001, p. 14) “o lugar não é apenas caracterizado pela relação homem-meio” (CASTRO *apud* BORGES, 2011, p. 7).

Segundo Haesbaert 2005, p. 40, “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Considerou-se a comunidade desterritorializada, entendendo que o território sofreu um processo de perda simbólica, pois a Vila Jacaré se desenvolveu a partir da construção deste espaço. A retirada da comunidade deixou a mesma sem território fixo no ato da duplicação. Aproximadamente, 110 famílias foram destituídas do espaço físico.

Compreendemos que a elite dominante pode ter um espaço multilocal ou uma multiterritorialidade por ter possibilidade de compra, tendo a opção de mobilidade local ou realocação, enquanto isto, a classe menos favorecida é deslocada para lugares distantes dos grandes centros em casas direcionadas pelo governo. Quando há um direcionamento de políticas públicas, ou como em sua maioria invadem terrenos do governo. Assim ocorreu com a comunidade quando o governo disponibilizou alguns terrenos distantes do local de sua atual moradia.

A invasão de terrenos na maior parte é o único meio da classe empobrecida conseguir edificar uma casa, acabando em locais sem infraestrutura básica para o desenvolvimento de uma vida com dignidade, este dois padrões ainda podem ser observados no percurso Maceió/Marechal as margens da AL 101 Sul, pois nem todos os moradores da antiga Vila Jacaré foram contemplados pelos programas governamentais, e podemos nos defrontar com condomínios de luxo entre eles o Laguna (condomínio) e, um pouco mais à frente novas comunidades que surgem, assim como aconteceu com a Vila Jacaré que foi excluída e esquecida no tempo e no espaço, sobrevivendo às margens da dignidade.

A Comunidade Vila Jacaré deve ser vislumbrada enquanto espaço excluído tendo em vista a sua *ocupação a margem da estrada à beira da Laguna Manguaba, a exemplo de outras comunidades que residem nas encostas, morros, rios, como alternativa a falta de dinheiro para pagar por uma moradia de qualidade.*

Assim, observa-se que o processo de produção do espaço é socialmente excludente, pois parcela considerável da sociedade é obrigada a viver em áreas inóspitas à habitação. À medida que, o sistema de especulação imobiliária faz emergir periferias, também pode desestruturá-la, de acordo com seus interesses, o que Fuck Junior (2002) chama de (des)periferização. (JUNIOR *apud* FERREIRA *et al.* 2005, p. 1).

A comunidade constituiu a expressão material de processos históricos desenvolvidos dialeticamente, propiciadores da construção do seu espaço geográfico excluído das benesses do capital.

*Assim ocorreu com parte dos moradores, levando-nos a compreender que a regulação deste processo imobiliário, que exclui e muitas vezes desapropriam parte da população é uma decorrência da reprodução do capital, pertencente à elite dominante.*

*Acreditamos que o papel do estado e das imobiliárias são essenciais, para desenvolvimento de determinados espaços em detrimento de outros.*

A exclusão da comunidade Vila Jacaré faz parte de um processo iniciado em governos anteriores que não se preocuparam com as condições subumanas em que vive esta população, tendo em vista que este não tem apresentado interesse em atender as necessidades da classe menos favorecida.

A exclusão sócioespacial sofrida pela comunidade Vila Jacaré, não os permitiu direito à educação de qualidade, a moradia digna, ao emprego, a saúde nem a segurança no local onde habitavam. Tendo em vista às fatalidades ocorridas em sua moradia tais como: o constante risco de acidentes devido os moradores residirem às margens da AL 101 Sul. Ademais falta policiamento, iluminação pública, saneamento entre outros. Sara Escorel compreende a exclusão social como “uma estrutura cristalizada nas condições cotidianas de vida pessoal, coletiva e de trabalho.” (Escorel, 1999 apud STROH, 2009, p. 23)

Nesse contexto, a comunidade Vila Jacaré concentra uma estrutura desestabilizada e, uma população que vive em condições subumanas, caracterizando-se como o espaço dos excluídos, por falta de políticas públicas, que atendam às necessidades da população. Marginalizados do local onde viviam, ergueram seus barracos e casebres, dando origem à favela, apresentando ocupação irregular pelo processo de autoconstrução. Entendemos o termo “favela” segundo a compreensão de Corrêa (2001, p. 163 apud SANTOS, 2004, p.),

O resultado da ação de grupos socialmente excluídos que ocuparam terrenos públicos ou privados, via de regra inadequada para a valorização fundiária e a promoção imobiliária. A ação desses grupos, que se dá espontaneamente, representa, de um lado, uma estratégia de sobrevivência e, de outro, de resistência a um sistema social que exclui parcela ponderável da população de suas benesses.

Diante dos dados colhidos nas entrevistas realizadas com os moradores da comunidade, podemos inferir que a maioria das famílias entrevistadas, cerca de 70%, era composta, por famílias que variavam de 3 a 11 pessoas por residência, de casas em sua maioria edificadas de barro com 3 metros de largura e 4 de comprimento sem divisão familiar.

Do mesmo modo, a coleta de dados possibilitou uma constatação visual do local sem saneamento básico necessário para o desenvolvimento de uma moradia com dignidade, com esgotos a céu aberto, lixo evidenciando a inexistência de infraestrutura na área.

A realidade da autoconstrução e das dificuldades financeiras vivenciadas pela população da área deve ser associada aos baixos salários, foram entrevistadas 70% das famílias, ou seja, na qual se pode observar que 90% da população entrevistada, ganhavam até um salário mínimo de R\$ 540,00; 7,5% sobreviviam com até R\$ 164,00 do auxílio Bolsa Família e com a pesca na Laguna Manguaba; 2,5% viviam com até um salário e meio.

Os dados nos conduzem a inferir que há falta de condições financeiras da população, contatadas pelos dados coletados que mostram que 90% da população entrevistada ganhavam entre R\$ 230,00 e um (colocar o valor) salário mínimo, caracterizando uma população desassistida pelo governo, quanto aos direitos constitucionais básicos como: educação, saúde, e moradia, que se expressa de forma mais concreta pela moradia através das sub-moradias.

Entende-se como sub-moradias os domicílios erguidos segundo o processo de autoconstrução, utilizando-se de todo tipo de material, inclusive madeiras, plásticos e papelão, não propiciando aos seus moradores um espaço de habitabilidade adequada; e que, na maioria das vezes, ocupam glebas urbanas com possibilidades de riscos para o domicílio e, conseqüentemente, para seus moradores (SANTOS, 2004, p. 48).

As sub-moradias (barracos e casebres) apresentam riscos à vida das pessoas que o habitam, dentre eles, destacamos: enchentes em épocas de chuvas, acidentes constantes com veículos principalmente em períodos comemorativos.

Segundo senhor Josiel, “aquí as condições não são muito boas, pois quando chove, a água vem bater na porta de entrada e, com ela o lixo que ‘nós joga de frente’”. (JOSIEL, 2011, informação verbal).

*Segundo o ex-líder comunitário “o que pesa é a questão das moradias, a localidade é boa, mas não há saneamento básico, o esgoto corre a céu aberto, não há banheiro nas residências, já caíram duas Mercedes e vários carros pequenos na comunidade, já houve 50 atropelamentos alguns com morte” a comunidade fica as margens da AL 101 Sul, qualquer carro que se desvie, por menor que seja da via de mais ou menos um metro a um metro e meio atingirá direto as casas da comunidade. Segundo Edmilson José, um dos moradores mais antigas da comunidade ressalta;*

Esta se encontra excluída, e embora a Vila Jacaré há bastante tempo tenha aclamado por uma moradia digna, isto

nunca se concretizou, mesmo tendo sido promessa de vários políticos em época de campanha eleitoral, conforme o mesmo declara “nós só existimos em época de eleição, pois é quando aparecem políticos a procura de votos” (morador da comunidade do Jacaré, profissão pescador), (EDMILSON JOSÉ, 2011, informação verbal).

Nas entrevistas com os moradores, percebeu-se que a moradia para eles representava uma forma de inclusão social, onde a conquista da moradia foi à realização de um sonho, um primeiro passo para sentirem-se realmente cidadãos. *A inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem - além de emprego e renda - acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde.*

*Ou seja, a comunidade Vila Jacaré se sentiria de fato incluída quando passassem a morar no Residencial Recanto da Ilha, como também emprego formal, tal qual os possibilitaria a aquisição dos bens básicos de subsistência ao mesmo tempo em que forem incluídos em algum plano do governo, que os eduquem sobre alguns valores sociais, ambientais e econômicos.*

O processo de construção da identidade dessa comunidade se dá, com a permissão da instalação dos mesmos há mais de 30 anos, na localidade. A procura por uma melhor qualidade de vida, os levou para a região que se encontra próximo as áreas de grande fluxo turístico.

### **A construção da AL 101 Sul**

Este trabalho se debruçou especificamente no trecho que abrange a área, da comunidade Vila Jacaré, com extensão de 672 metros de comprimento. E as implicações centradas a 214 famílias, que foram atingidas na comunidade Vila Jacaré, hoje vivendo no Residencial Recanto da Ilha.

A mesma se territorializou nas duas margens da AL 101 Sul, subdividida, nesta pesquisa em lado A e lado B, sentido Maceió-Marechal. Essa divisão foi feita pelos pesquisadores para facilitar a compressão de qual lado se está ressaltando.

O projeto do conjunto Recanto da Ilha, que foi iniciado em 2012, como parte do programa governamental Minha Casa Minha Vida, previa a construção em uma área próxima à Laguna Manguaba. Segundo dados colhidos do portal *infraestrutura.al.gov.br*, o projeto do conjunto previa a construção em uma área próxima à Laguna Manguaba, com quadra poliesportiva, playground, praças, centro de atividades múltiplas, área de lazer, ciclovia e espaço para guardar canoas, visto que muitos moradores são pescadores. A casa contaria com dois quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço.

De acordo com informações recolhidas do site *infraestrutura.al.gov.br*, Segundo o secretário Marco Fireman o projeto habitacional proporcionaria qualidade de vida para as famílias, que viviam em condições precárias de moradia. Além de toda a infraestrutura garantida no residencial, afirmavam a preocupação em construí-lo num terreno próximo ao local atual da comunidade e organizar os vizinhos de acordo com a atual vizinhança. Cada casa do Residencial Recanto da Ilha. O projeto inclui ainda o fornecimento de energia elétrica, água, esgotamento sanitário.

Além de toda a infraestrutura garantida no residencial, afirmavam a preocupação em construí-lo num terreno próximo ao local atual da comunidade e organizar os vizinhos de acordo com a atual vizinhança. Compreendemos que a comunidade representava uma mancha na paisagem.

### **O Processo de Desterritorialização e Reterritorialização da Comunidade Vila Jacaré**

A discussão das transformações na comunidade Vila Jacaré iniciaram-se ao percebermos os processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pela duplicação da AL 101 Sul.

Assim, Côrrea (1998) ao analisar os processos de desterritorialização e reterritorialização propiciados pela instalação da fábrica Souza Cruz, associa estes processos, respectivamente, “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”, e a “[...] criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um novo território que contém, entretanto, parcela das características do velho território” (p. 252. apud Santos, 2004, p. 33).

O projeto previa a *construção de 220 casas, para 214 famílias cadastradas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura*

(SEINFRA), as casas seriam construídas no período de um ano. As 110 famílias alocadas no lado B receberam o benefício do aluguel social, o governo disponibilizou um ano de aluguel no valor de R\$ 2.400 reais, para alugarem uma casa nas proximidades, esse valor representa o valor total, que daria para alugar uma casa no valor de R\$ 200,00 reais. Os moradores do lado A permaneceriam na comunidade até a entrega das casas. A parte desapropriada é a que se encontrava do lado direito sentido Maceió/Marechal.

Segundo reportagem divulgada pelo site da SEINFRA, as famílias que habitam as margens da rodovia AL 101 Sul, seriam atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida. A informação foi repassada pelo secretário de Infraestrutura, Marco Fireman, na manhã do dia 13 de julho de 2011, durante reunião com representantes da comunidade da Vila Jacaré, na Barra Nova. A reunião ocorreu na sede da Secretaria de Estado Infraestrutura - SEINFRA, e também contou com a presença da superintendente de Desenvolvimento Urbano do órgão, Ângela Paim, principal parceria da comunidade quanto aos problemas ocorridos e informação sobre o andamento do processo.

A princípio, a remoção das famílias foi a grande preocupação e ao mesmo tempo revolta dos moradores da comunidade Vila Jacaré. Denotando a consciência desses atores sociais em relação ao processo de desterritorialização suscitado na área. Ao ficarem cientes da remoção de sua remoção, ocorreram debates e reuniões, culminando em inúmeras polêmicas e discussões entre a comunidade e representantes do Governo.

A desterritorialização pode ser vista como uma estratégia dos grupos dominantes para conter, restringir e até excluir pessoas, isto é, como um movimento de (re)apropriação do território, dos espaços físicos e simbólicos, por parte do discurso dominante (GUATTERI, 1993). Sendo este ainda um movimento que rompe o vínculo dos atores com o lugar.

Alguns moradores da comunidade, demonstram forte resistência para sair, pois estabelecem uma forte ligação ao lugar em que habitam, conforme salienta a moradora Rosete: "Nasci aqui, meus pais moraram aqui, gosto desse lugar" (ROSETE, informação verbal, 2011). Ademais salienta-se ainda questões econômicas, pois grande parte dos moradores estão direta e indiretamente ligados ao turismo local, a pesca na Laguna Manguaba e ao comércio de frutas tropicais que é realizado as margens da AL 101 Sul. Segundo Edmilson José (2011);

é fundamental viver aqui, é de onde tiramos o nosso sustento tenho cinco filho, ao todo moram 7 sete pessoas em minha casa, queremos sair, sim daqui, mas para um lugar onde podemos se sustentar, pois sempre ocorre acidente terminado em morte. (EDMILSON JOSÉ, 2011, informação verbal).

A percepção do meio ambiente é filtrada em função da individualidade, cultura e classe socioeconômica e gênero de cada receptor ambiental, de maneira que o fenômeno observado se diferencia e é qualificado de acordo com um olhar e um momento.

FERREIRA (2000), afirma que não há nenhuma essência pronta a ser descoberta sobre o lugar e que:

Compreender o lugar será, portanto, compreender tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva, será colocar-se em algum lugar no meio do caminho entre a visão descentrada do cientista, que vê o lugar como um conjunto de relações genéricas, e aquela centrada do sujeito que o vê em relação às preocupações do indivíduo. (FERREIRA, 2000, p. 76).

Ainda que, o ambiente da Vila Jacaré mostra-se insalubre para muitos, foi nesse lugar que se edificaram identidades e desejos de mudanças.

A comunidade Vila Jacaré passou a existir como sujeito participante da transformação do espaço, como disse Santos (2007) "é através do desenvolvimento do espaço que há o desenvolvimento da sociedade em seu entorno", no momento que começou a lutar por seus direitos; questionando a atitude do governo quanto a sua retirada para um espaço longínquo que tornasse inviável o sustento da sua família.

Foram entrevistadas 50 famílias, das 110 famílias que perderam o território, ou seja, o lado B.

A população desterritorializada que se encontra no aluguel social almejava a reterritorialização definitiva e, não parcial. Desse modo a comunidade não se encontrava satisfeita com o modo como se encaminhava as discussões em torno da construção do residencial, como demonstra a entrevista a seguir:

Caso o governo não faça valer o Termo de Compromisso (documento assinado entre governo e moradores). a comunidade vai invadir o terreno prometido. Só assim, vamos ter voz e vez novamente, estamos esquecidos de novo, o governo só nos fez sair de nossas casas, e como tudo vem acontecendo as casas não vão sair. (MARCIO, 2011, informação verbal)

Nesse contexto, os moradores da comunidade reclamavam dos procedimentos irregulares no que diz respeito à

construção da nova moradia, conforme demonstra a declaração de Teotônio.

O governo só nos fez sair de nossa casas para nos jogar a própria sorte. Não acredito nas promessas do governo R\$ 2 400,00 não nos garante uma boa moradia nem matem a gente e nossa família alimentados. (TEOTONIO, 2011, informação verbal).

*Segundo o Thiago (2011) “para transformar o conjunto tem que transformar o social. Uma cooperativa tiraria os jovens de caminhos distantes, como também uma boa educação para todos, a educação é um meio de se ter um bom futuro”, por não esclarecer que possíveis perigos seriam esses, mas acredita-se que seja da violência, do trabalho infantil, do crime, no intuito de profissionalizar e educar a comunidade tornando-os participantes ativos.*

### **Considerações Finais**

Nas conversas com a comunidade Vila Jacaré, confirmamos que esta comunidade fora esquecida no tempo e no espaço, e apenas foram ouvidos devido as suas constantes manifestações. A revolta da comunidade e o fechamento do eixo Viário algumas vezes representavam representou um atraso ao avanço do desenvolvimento do estado e, não a própria consciência gerada por sua própria realidade.

Compreendemos que a Vila Jacaré foi esquecida na garantia dos seus direitos de cidadãos, e só quando a remoção destes moradores interessava ao poder público, este se volta para a comunidade ofertando uma possível moradia digna.

Diante das entrevistas realizadas com os moradores da comunidade Vila Jacaré, consideramos que, os mesmos, passaram por grandes dificuldades, referentes à dinâmica territorial e social que estavam envolvidos. Acreditamos que o espaço da comunidade para a maioria dos entrevistados, apresentava suma importância, por a Laguna Manguaba a sua principal fonte de subsistência. Além disso, a insegurança em relação ao futuro da moradia, deixava-os amedrontados diante das incertezas.

Segundo a pesquisa e nossas concepções acerca dos entrevistados ficou claro, que o governo apresentou algo, ou seja, uma possibilidade, nesse caso a construção do residencial Recanto da Ilha, e a quantia de R\$ 2 400,00 para que o lado B da comunidade desocupasse o local para a duplicação do eixo viário. Como também o Residencial como saída da marginalização social, pois a comunidade sairia das margens da AL 101 Sul, sairia dos riscos constantes, e, que só depois puderam ver que as verdadeiras finalidades dele (governo), era apenas os tirar do local, uma vez que representavam um atraso para o avanço do estado e, não a própria consciência adquirida da própria realidade.

Neste contexto, acredita-se que a educação é a única maneira de gerar consciência, ela traduz o espaço, ela é capaz de fazer com que o sujeito reflita sobre suas necessidades e as ocorrências em seu entorno, a educação transforma.

Dessa forma a nossa contribuição para a ciência geográfica, é alertar a exclusão sócio/espacial vivida pela comunidade há mais de 30 anos, devido à falta de políticas públicas direcionadas e a segregação do espaço, que altera de forma desigual à sociedade no espaço.

### **Referências**

COSTA, R. H da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade / Rogério Hasbaert. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora Bertande Brasil, 2005. 400 p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

FERREIRA, I. C. R.; ARAÚJO, I. M; COSTA, L. **As condições de moradia numa área de risco** – estudo de caso arpoador areia no pirambu. 2011. 100 p.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papius, 1993.

HAESBART, R. **Da desterritorialização a multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005.

QUARESMA, V.B. e S. J. **Aprendendo as entrevistas**: como fazer entrevistas em ciências sociais. V. 2 nº1 (3),

janeiro-julho. 2005, p. 68-80.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela et. al.. **Metodologia da pesquisa**: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares. Ed. EsAO. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e Meio Técnico - Científico-informacional, - 5. Ed. – São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2007, p. 230.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, M. F. P. dos. **Para onde sopram os ventos**: políticas públicas de turismo no Grande Piranbu/Fortaleza/CE. Natal Rio, Grande do Norte, 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STROH, P. Y.(org). **Cidade, Lixo e Cidadania**. Maceió, EDUFAL, 2009. 126 p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

#### **Sites consultados:**

SEINFRA-AL. **Secretaria de Estado da Infraestrutura Alagoas**. Disponível em: <[http:// infraestrutura.al.gov.br](http://infraestrutura.al.gov.br)>. Acesso em julho de 2011.

[1]Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL / [jacksonn.al@hotmail.com](mailto:jacksonn.al@hotmail.com)

[2]Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL / [irislisiegn@gmail.com](mailto:irislisiegn@gmail.com)

[3]Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ [gesycasantos13@gmail.com](mailto:gesycasantos13@gmail.com)

[4] Professora Doutora da Universidade Federal de Alagoas – UFAL / [francineilap@gmail.com](mailto:francineilap@gmail.com)

Recebido em: 31/05/2015

Aprovado em: 31/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: